

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**  
**BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**Maria Helena Oliveira Soté**

**A UTILIZAÇÃO DO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DA CHINA (BDC) COMO  
INSTRUMENTO DE DIPLOMACIA ECONÔMICA: UMA ANÁLISE DOS PAÍSES DE  
MÉDIA E BAIXA RENDA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Instituto de Economia e Relações  
Internacionais da Universidade Federal de  
Uberlândia como pré-requisito para a  
obtenção do título de Bacharel em Relações  
Internacionais.

Orientadora: Dra. Thaís Guimarães Alves.

**Uberlândia**

**2024**

# **A UTILIZAÇÃO DO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DA CHINA (BDC) COMO INSTRUMENTO DE DIPLOMACIA ECONÔMICA: UMA ANÁLISE DOS PAÍSES DE MÉDIA E BAIXA RENDA**

**Maria Helena Oliveira Soté<sup>1</sup>**

**Resumo:** O Banco de Desenvolvimento da China (BDC) iniciou seu processo de internacionalização nos anos iniciais do século XXI, por meio da concessão de financiamentos a países de média e baixa renda. Logo na metade da primeira década, o banco já havia desembolsado mais de US\$20 bilhões em créditos para o desenvolvimento, explicitando o sucesso da iniciativa, que se seguiu nos anos seguintes. Dentro da academia, não existe um consenso entre os pesquisadores em relação aos interesses chineses nesse programa. Nesse sentido, este trabalho defende e apresenta as razões pelas quais a atuação do BDC deve ser considerada uma ferramenta de diplomacia econômica do governo. Ao longo do texto, será discutido a história da instituição, como se deu seu processo de industrialização, seus diferenciais em relação a outros bancos de desenvolvimento e, por fim, a apresentação de um caso prático que comprova a tese.

**Palavras-chave:** Banco de Desenvolvimento da China; países de média e baixa renda; diplomacia econômica.

**Abstract:** The China Development Bank (CDB) began its internationalization process in the early years of the 21st century by providing financing to middle- and low-income countries. By the middle of the first decade, the bank had already disbursed over \$20 billion in development credits, highlighting the success of this initiative, which continued in the following years. Within academia, there is no consensus among researchers regarding the Chinese interests behind this program. In this context, this paper argues and presents the reasons why the CDB's actions should be regarded as a tool of the government's economic diplomacy. Throughout the text, the history of the institution will be discussed, how its industrialization process unfolded, its differentiators compared to other development banks, and finally, a practical case will be presented to support the thesis.

**Keywords:** China Development Bank; low and medium income countries; economic diplomacy.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: mariah.sote@ufu.br.

## 1. Introdução

Em 1994, diante da necessidade de haver uma instituição que financiasse projetos de infraestrutura e industrialização a longo prazo, foi criado o Banco de Desenvolvimento da China (BDC). A princípio, sua atuação era restrita a atender governos municipais e regionais do país em áreas como energia e transporte. No entanto, conforme a excelência da alta gerência que o administrava, o banco pôde conceder empréstimos para agências governamentais e empresas estatais (SOEs, do inglês *state-owned enterprises*), que tinham o objetivo de expandir seus negócios para outros países (Sanderson e Forsythe, 2013). Devido ao sucesso desta investida, o BDC passou a atuar também na concessão de créditos para o fortalecimento de indústrias-chave e infraestrutura em países de média e baixa renda<sup>2</sup> em meados de 2003, o que deu início a uma prática muito lucrativa e estratégica para o país.

Neste contexto, ainda no início de sua internacionalização, o BDC nutria relações com países africanos e efetivou projetos de desenvolvimento, como construção de estradas e indústria de base, em diversos países do continente a partir de 2005. Essa prática contribuiu para o aumento das relações de troca entre os dois agentes e possibilitou a criação de fóruns e instituições de cooperação. Em 2007, o BDC anunciou que mais de US\$1 bilhão estavam alocados em 30 projetos somente na África (Brautigam, 2016). Segundo Moses et al (2024), o comércio de bens (importação e exportação) entre China e África em 2000 era pouco mais de US\$11 bilhões; já em 2022, esse valor atingiu a marca de US\$257 bilhões. Além de investimentos diretos no país, o BDC também fornecia créditos a SOEs de setores estratégicos, os quais não serão abordados com profundidade neste artigo.

Conforme dados de 2023, o BDC possui mais de RMB 18 bilhões em ativos totais e um lucro líquido de RMB 87.417 bilhões (China Development Bank, 2023). No que tange à sua presença externa, vê-se que entre 2013 e 2016, primeiros quatro anos de implementação da Iniciativa do Cinturão e Rota, o financiamento de desenvolvimento chinês em outras nações superou o dos Estados Unidos, atingindo mais de US\$85 bilhões por ano (Malik et al., 2021). Nesse período, o volume acumulado de empréstimos do BDC em moeda estrangeira representava mais de 30% de todo o setor bancário da China, o que demonstra sua relevância para as finanças

---

<sup>2</sup> A classificação dos países como média e baixa renda é feita pelo Banco Mundial com base na renda nacional bruta (RNB) per capita. Os dados utilizados são obtidos a partir das contas nacionais do Banco Mundial e arquivos de dados das Contas Nacionais da OCDE (World Bank Group, 2023).

nacionais (Chen, 2020). Quanto ao continente africano, em específico, constatou-se que o total de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) chineses entre 2005 e 2016 foi cerca de US\$293.36 bilhões de dólares (Heritage Foundation *apud* BRICS Policy Center, 2016).

Dessa maneira, mediante os fatos expostos, este artigo busca responder a seguinte pergunta: o BDC é uma ferramenta de diplomacia econômica internacional chinesa?. A hipótese central é que a internacionalização do BDC utiliza as ferramentas econômicas estatais para satisfazer os interesses nacionais e é, portanto, um pré-requisito essencial para entender parte das conquistas da China nas últimas décadas. São essas as motivações que justificam esse trabalho, cujo objetivo geral é provar que os financiamentos para projetos realizados pelo BDC têm a finalidade de conseguir vantagens e dar segurança à China, por meio de um processo que beneficia tanto o mutuante quanto o mutuário. Portanto, vê-se que ele possui um papel importante no desenvolvimento e crescimento econômico do seu país, como instrumento de diplomacia econômica.

Em relação aos objetivos específicos, destaca-se: a) Mapear a internacionalização do BDC, isto é, entender como ele foi de um simples banco fornecedor de crédito para um dos maiores financiadores de países em desenvolvimento; b) Investigar o papel do BDC na diplomacia econômica da China; e c) Apresentar um exemplo prático que comprove a tese, o caso do financiamento de US\$3 bilhões do BDC ao Governo de Gana em 2011, para a aplicação em projetos de infraestrutura. Quanto à análise dos dados e metodologia, serão utilizadas as informações das relações comerciais entre China e o continente africano, especialmente entre 2003 e 2023, bem como a aplicação do método interpretativo e revisão bibliográfica como maneiras de apresentar de forma concisa a argumentação. Em relação aos dados utilizados, verifica-se a utilização de fontes oficiais como os relatórios anuais do BDC, o instituto Aid Data e a Iniciativa de Pesquisa China-África da Escola de Estudos Internacionais Avançados da Universidade Johns Hopkins, além das bibliografias utilizadas também no embasamento teórico.

O trabalho está estruturado em cinco seções. A primeira delas, a introdução, tem o objetivo de apresentar os elementos gerais que serão discutidos adiante e a forma como se deu a organização da pesquisa. A segunda seção dedica-se a analisar a trajetória do Banco de Desenvolvimento da China, de forma a entender como ocorreu seu processo de internacionalização. A terceira seção apresenta os diferenciais dos financiamentos do banco em relação aos empréstimos fornecidos por outros países e instituições multilaterais, de modo a entender o motivo pelo qual esse formato é

preferido por países de média e baixa renda. Já a quarta seção argumenta que a atuação internacional do BDC é uma diplomacia econômica da China que visa promover sua imagem no exterior, bem como estabelecer um mercado consumidor sólido às suas manufaturas e garantir o fornecimento de recursos naturais. A quinta seção, por sua vez, reforça a discussão do financiamento chinês em Gana, seus motivadores e consequências. A seção conclusiva apresenta as considerações finais do que foi discutido ao longo do trabalho.

## **2. A trajetória do Banco de Desenvolvimento da China: de 1994 a 2024**

Ao longo da década de 1980, a China passou por uma série de reformas em direção à liberalização e abertura econômica. O país, que ainda possuía um setor industrial em formação, criou Zonas Econômicas Especiais, que abrange os locais em que seria permitido a circulação de outras moedas, a tomada de empréstimos com credores internacionais e a comercialização com outros países. Isso permitiu atrair capital externo para financiar a construção e melhoria da infraestrutura local (Tam, 1987). De acordo com Tam (1987), devido a essas mudanças, o setor bancário chinês também se transformou, e seu principal objetivo tornou-se apoiar a administração macroeconômica por meio da condução da política monetária, além de contribuir para atingir os objetivos de manter a estabilidade dos preços e da produção e estimular o crescimento da atividade econômica.

Nesse sentido, vê-se que, a princípio, em 1978, o Banco Popular da China (BPC) atuava como banco central e como o único banco comercial do país; no entanto, dois anos depois, em 1980, outros quatro bancos comerciais foram criados e reorganizados, a fim de administrarem setores específicos da economia (Elliot e Yan, 2013). São eles: o Banco da China (BC), Banco de Agricultura da China (BAC), Banco de Construção da China (BCC) e o Banco Industrial e Comercial da China (BICC), chamados de *Big 4*, por receberem maiores investimentos e se dedicarem a conceder crédito e atender setores muito importantes para a estrutura econômica do país.

Também se verifica a construção de instituições financeiras especializadas e bancos de capital conjuntos, fundados com recursos tanto do setor privado quanto do setor público, como o *China Everbright Bank* e o *CITIC Group Corporation LTD* (Elliot e Yan, 2013). Nestes termos, o sistema bancário chinês moldou-se até atingir sua forma atual, por volta da década de 1990, quando foram criados os *policy banks* (Burlamaqui, 2015).

Em 1994, com o intuito de especializar o *Big 4* como bancos comerciais, foram criados três *policy banks*: o Banco de Desenvolvimento da China (BDC), destinado a projetos de infraestrutura doméstica, o Banco de Exportação e Importação da China (*Eximbank*, em inglês), que cuidaria do comércio exterior, e o Banco de Desenvolvimento Agrícola da China (ADBC, em inglês), responsável pela agricultura (Burlamaqui, 2015). A principal diferença entre bancos comerciais e *policy banks* é que estes últimos, por levantarem capital vindos do governo central, têm a garantia total do Estado em caso de não pagamento, o que permite que o capital seja oferecido com custo reduzido (Martin, 2012). Por outro lado, bancos comerciais dependem principalmente do depósito de clientes, os quais podem ser sacados a curto prazo, e, por isso, não conseguem oferecer condições de financiamento tão flexíveis quanto os *policy banks* (Chen, 2020). Além disso, vê-se que a atuação dos bancos comerciais os torna contrários ao financiamento de projetos com muito risco envolvido e com a possibilidade real de inadimplência (Downs, 2011), ao contrário dos *policy banks* que focam em fornecer o capital inicial em projetos cujos retornos serão feitos a longo prazo (Sanderson e Forsythe, 2013). Na prática, tanto bancos comerciais quanto *policy banks* mantêm contato constante, uma vez que os primeiros compram títulos dos últimos, e se tornam membros do seu corpo de acionistas (Sanderson e Forsythe, 2013).

Como mencionado, o BDC surge com o objetivo de fornecer créditos de longo prazo em projetos de infraestrutura aos governos locais. Na prática, ele seria o responsável por conceder empréstimos em áreas estratégicas, como energia, transporte, indústria petroquímica e telecomunicações, substituindo o financiamento feito por bancos comerciais, que trabalham com prazos menores (Sanderson e Forsythe, 2013). Entretanto, sua abrangência vai além de tais objetivos primários, especialmente após a crise asiática de 1996-1997 e a chegada de Chen Yuan na presidência da instituição (Sanderson e Forsythe, 2013). Somados esses dois fatores, o BDC tornou-se não só um grande financiador de obras públicas e um agente importante para o surgimento do mercado de títulos na China em âmbito doméstico, mas também foi essencial para a expansão de empresas nacionais para outros países e para a garantia do recebimento de energia e recursos naturais (Downs, 2011).

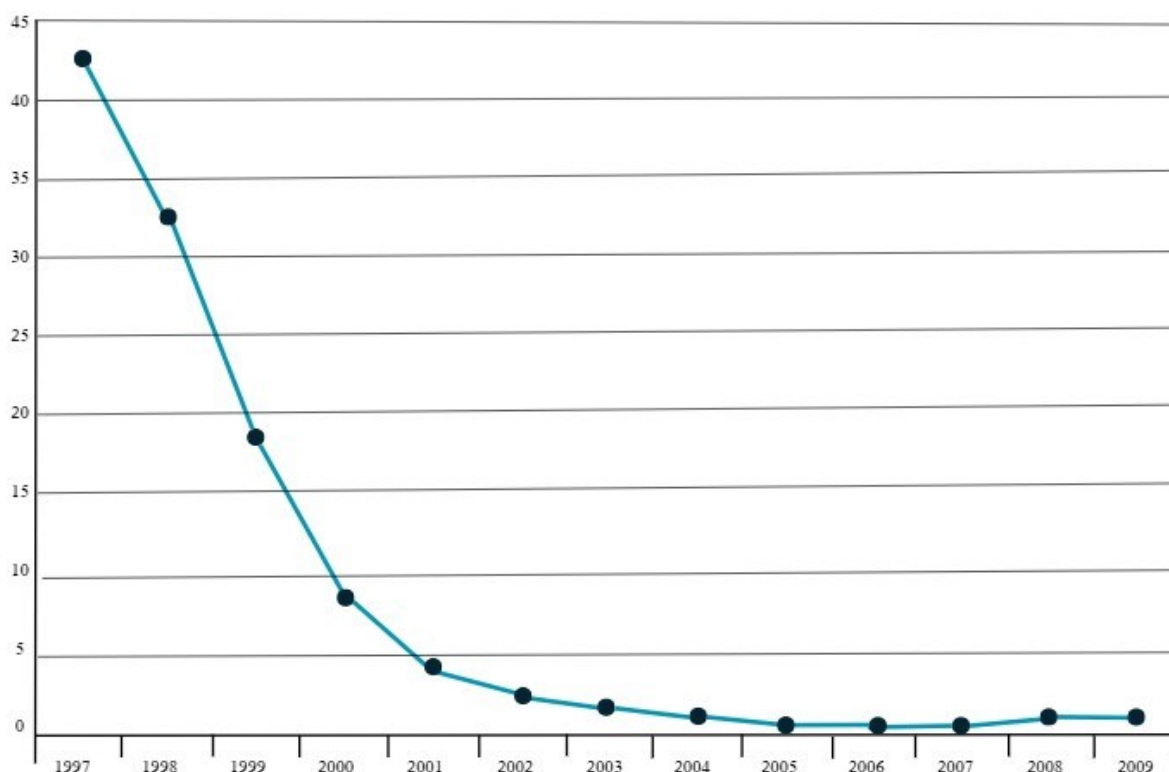
Assim, entender o sucesso do BDC presume, necessariamente, conhecer seu maior impulsionador. Chen Yuan é filho de Chen Yun, que foi um dos maiores líderes do Partido Comunista Chinês, responsável por articular as reformas liberalizantes no começo da década de

1970 junto com Deng Xiaoping, e carregou o legado de seu pai durante toda sua trajetória à frente do BDC (Sanderson e Forsyth, 2013). Embora seja descendente direto dos precursores da revolução, Chen Yuan não era um comunista ortodoxo, e por isso teve contato e estudou o trabalho de economistas ocidentais. Por essa razão, defendia que as crises financeiras que assolavam seus vizinhos corriqueiramente era a evidência de que não se pode contar somente com os poderes das forças de mercado, que Estado e mercado precisam atuar em conjunto e que a China não precisava ser intermediada pelo Ocidente para construir seus projetos de infraestrutura e modernização ou para comprar recursos naturais (Sanderson e Forsyth, 2013). Pelo contrário, Chen propunha que a China deveria construir seu próprio sistema bancário, o qual seria responsável por amparar o desenvolvimento, fornecer capital de giro para novos investimentos e solucionar os problemas financeiros das empresas (Walter e Howie, 2012). Dessa maneira, sob sua liderança, foi consagrada a ideia de que o banco atuaria não só como ferramenta política do Estado, mas de fato como um subsidiário do desenvolvimento, buscando maximizar o lucro e minimizar as perdas (Sanderson e Forsyth, 2013). Com isso, o BDC pôde ir de um financiador do Estado, repleto de dívidas e empréstimos não pagos, para um dos maiores bancos de desenvolvimentos do mundo.

No entanto, no início de sua trajetória, a atuação do banco foi contraproducente, haja vista que um a cada dois tomadores de empréstimos não arcavam com seus compromissos. Em 1997, o índice de empréstimos não produtivos (NPL, do inglês *Non Performing Loan*) foi de 42.7%, cerca de 170 bilhões de yuan, e a crise asiática foi uma das razões que agravaram a condição dos bancos (Sanderson e Forsyth, 2013). Com a chegada de Chen Yuan à direção da instituição, foram aplicadas reformas para o reconhecimento de empréstimos ruins e para supervisão de financiamentos já concedidos, o que contribuiu para a redução desse índice em 5% em quatro anos (Downs, 2011) (Ver gráfico 1).

Para evitar o colapso do *Big 4*, foi necessário criar “bancos podres” para absorver os créditos irrecuperáveis, quantia estimada em US\$400 bilhões, e recapitalizar os bancos, atraindo investidores externos para se tornarem parceiros (Walter e Howie, 2012).

Gráfico 1 - Índice de Empréstimos Não Produtivos em Porcentagem - 1997 a 2009



Fonte: Downs, 2011 (Autoria própria).

Como pode ser observado no gráfico 1, as políticas de gestão promovidas por Chen Yuan foram responsáveis pela queda considerável de empréstimos não pagos ao BDC. É possível observar que, em 1997, a porcentagem de créditos não produtivos era superior a 40%. Dez anos depois, esse mesmo índice se aproximava de 0%.

Ao longo de sua administração no BDC, Chen promoveu três reformas internas: a primeira, em 1998, que estabeleceu um mecanismo de controle de riscos; a segunda, em 1999, para resolver o problema das dívidas e empréstimos não pagos; e, por fim, a terceira em 2000, que visava preparar o BDC para assumir responsabilidades internacionais<sup>3</sup> (Sanderson e Forsythe, 2013).

<sup>3</sup> O conceito de internacionalização bancária adotado neste trabalho está em consonância com o paradigma eclético de John H. Dunning (1977; 1988; 1994), que estabelece três vantagens e quatro motivações para a internacionalização de uma empresa. Em relação ao primeiro ponto, tem-se a vantagem de propriedade, a vantagem de localização e a vantagem de internacionalização. Já no que diz respeito às motivações, tem-se a procura de recursos, busca por mercados, por eficiência e, finalmente, por estratégias de mercado. Para um aprofundamento a respeito do processo de internacionalização bancária e as principais teorias e conceitos aplicados nos estudos do tema, ver Relvas, 2015.



Em 2001, a China passa a integrar a Organização Mundial do Comércio (OMC), e seu sistema bancário se abre para a competição internacional. No ano seguinte, a NPL atingiu 1.78%, comparado com 3.91% no ano anterior. Por essa razão, em 2003, Chen acreditava que os efeitos da crise asiática tinham sido superados, que os empréstimos não produtivos já não eram um problema latente no banco e que era o momento de avançar no projeto de expandir os horizontes de seus financiamentos. Assim, nesse mesmo ano, o BDC passou a apoiar empresas estatais (SOE) em aquisições internacionais (Downs, 2011). O primeiro beneficiado foi a companhia Sinochem Corporation — que atua na produção e comercialização de produtos químicos, petroquímicos e agroquímicos (Sinochem, 2024) —, com uma linha de crédito de \$215 milhões para a compra de uma subsidiária da Petroleum Geo-Services na Tunísia e Emirados Árabes Unidos (Downs, 2011).

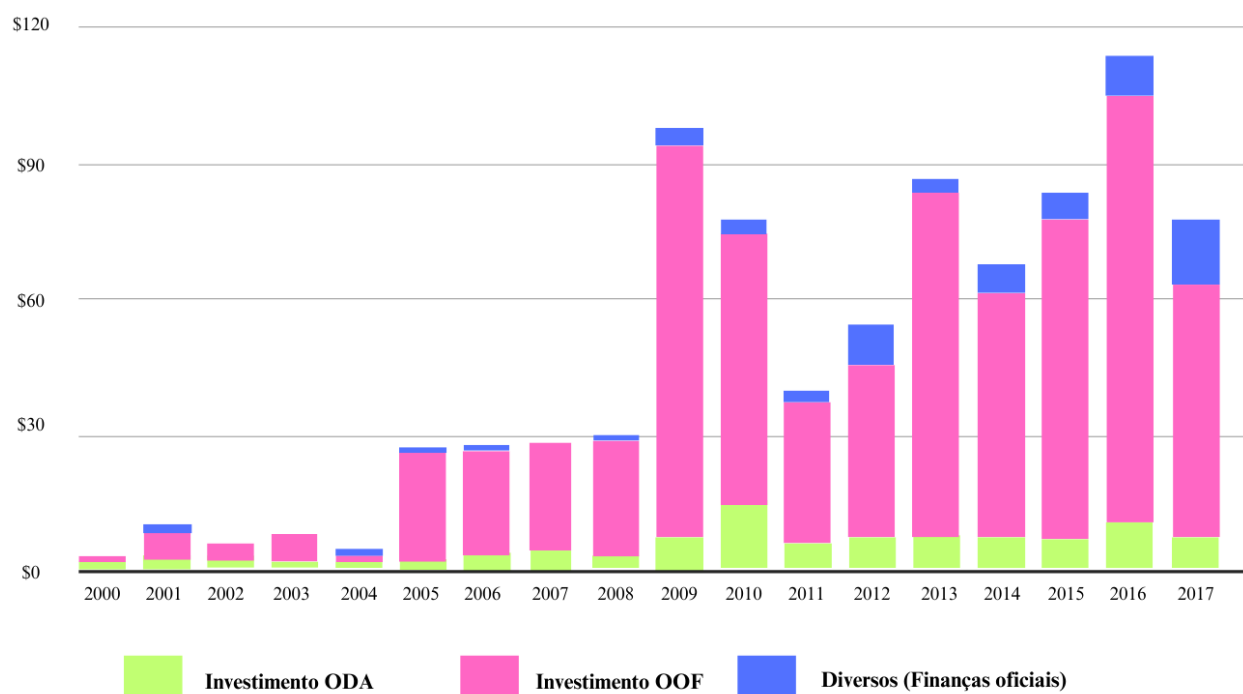
A empreitada do banco mostrou-se bem-sucedida e sua atuação internacional atingiu elevadas proporções quando passou a ser uma das peças-chave para a execução da *Going-Out Strategy*. Essa foi uma política criada pelo governo no 16º Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês, em 2002, cujo objetivo era facilitar a expansão internacional de empresas chinesas que buscam novas fontes de energia, matéria prima e mercado consumidor (Downs, 2011). De acordo com o Malik et al. (2021), o que motivou a criação desse projeto foi a constatação de três desafios enfrentados pelo país naquele momento:

Primeiro, o país sofria de um problema de superprodução industrial doméstica porque suas empresas estatais de aço, ferro, cimento, vidro, alumínio e madeira eram excessivamente alavancadas, ineficientes e não lucrativas. Pequim via a superprodução industrial doméstica como uma ameaça às perspectivas de crescimento de longo prazo do país e uma fonte potencial de agitação social e instabilidade política. Queria reduzir a oferta doméstica (por meio da terceirização de instalações de produção de insumos industriais) e aumentar a demanda internacional (incentivando compradores estrangeiros a comprar mais insumos industriais da China). Segundo, Pequim enfrentava um problema de excesso de oferta de câmbio: os superávits comerciais anuais facilitavam uma rápida expansão nas reservas cambiais, e o país corria o risco de instabilidade macroeconômica (inflação ou reavaliação da moeda) se permitisse que essas reservas entrassem na economia doméstica; então as autoridades decidiram, em vez disso, procurar saídas produtivas no exterior onde pudessem estacionar seus dólares e euros excedentes. Terceiro, Pequim reconheceu que, para sustentar altos níveis de crescimento econômico doméstico, precisaria vasculhar o globo em busca dos recursos naturais que lhe faltavam em quantidades suficientes em casa. (Malik *et al*, 2021, p. 15. Tradução própria)

Dessa maneira, os *policy banks* foram designados a contribuir para a obtenção das metas propostas de três maneiras: aumentando os empréstimos em moeda estrangeira a taxas próximas ou iguais às de mercado; sujeitando seus mutuários estrangeiros a obter insumos da China; e

permitindo aos países tomadores de crédito que o pagamento fosse feito com o dinheiro que eles receberam após exportar recursos naturais para a China (Malik et al, 2021). Assim, os investimentos de desenvolvimento internacionais do BDC cresceram exponencialmente, tornando-o, em 2008, o banco chinês com maior portfólio de empréstimos em moeda estrangeira, superando o Banco da China (Downs, 2011). Somando os dois *policy banks* envolvidos no projeto, o BDC e o Eximbank, viu-se que os financiamentos externos dos tipos ODA e OOF<sup>4</sup> feitos pela China saltaram de US\$3.6 bilhões em 2000 para US\$77 bilhões em 2017 (ver gráfico 2) (Malik et al, 2021).

Gráfico 2 - Compromissos oficiais de financiamento do desenvolvimento da China entre 2000-2017 (em bilhões de US\$)



Fonte: Malik et al (2021). Tradução própria.

Ademais, ainda sobre os efeitos da "*going out strategy*", destaca-se o crescimento da quantidade de empresas chinesas presentes no exterior e o aumento dos investimentos produtivos

<sup>4</sup> De acordo com a OCDE, investimentos do tipo ODA (*Official Development Assistance*, em inglês) são aqueles que visam promover o desenvolvimento econômico e bem-estar exclusivamente de países de baixa e média renda, segundo definição do Banco Mundial. Por outro lado, os investimentos do tipo OOF (*Other Official Flows*, em inglês) referem-se a todas as outras transações que não se encaixam como ODA, ou seja, não atendem aos critérios de ajuda oficial ao desenvolvimento. Podem ser, por exemplo, subsídios ao setor privado e aquisição de títulos emitidos por bancos multilaterais de desenvolvimento em condições de mercado (OCDE, 2024).

em países de média e baixa renda (Burlamaqui, 2015). Ao analisar os financiamentos de desenvolvimento feitos pelos órgãos oficiais chineses entre 2000 e 2017, constata-se que a África recebeu a maior parte de financiamentos do tipo ODA, superando os 40 milhões de dólares, em mais de quatro mil projetos. Os maiores receptores foram Etiópia, República do Congo, Sudão, Gana, Zâmbia, Quênia, Camarões, Senegal, Mali e Costa do Marfim (Malik et al., 2021). Somente entre 2000 e 2014, o BDC desembolsou mais de US\$15 bilhões para tomadores de empréstimos africanos oficiais, bancos e empresas estatais nacionais que atuariam nesse continente (Brautigam e Hwang, 2016).

Em suma, para Sanderson e Forsythe (2013), a atuação dos bancos de desenvolvimento como promotores de crédito a projetos internacionais contribuem de inúmeras maneiras para a internacionalização da China. Em primeiro lugar, vê-se que os créditos pagos com a importação de produtos energéticos e minérios garantem ao país que o abastecimento desses insumos, essenciais para a sua indústria crescente, será constante. Em segundo lugar, identifica-se que a China é beneficiada duas vezes no processo, uma vez que os empréstimos são utilizados para comprar bens e serviços da própria China, como máquinas, equipamentos e contratação de empreiteiras que realizarão as mudanças de infraestrutura. Ainda, a atuação dos bancos é o combustível necessário para alavancar a política de *going out* e tornar empresas chinesas multinacionais e competitivas globalmente.

Como apontou Chen Yuan em 2009, o BDC é o único banco de crédito de médio e longo prazo, que consegue combinar recursos financeiros de larga escala, orientação de longo prazo e liberdade de ação da China e que atende a estratégia nacional de industrialização e urbanização (Downs, 2011). Além disso, cabe destacar que a aproximação da China com os Estados em desenvolvimento é facilitada pelo fato de o BDC não cobrar reformas fiscais e macroeconômicas como pré-requisito para o recebimento de empréstimos, ao contrário do Fundo Monetário Internacional e de outras instituições ocidentais.

Em 2006, durante a Reunião de Cúpula do Fórum para Cooperação África-China (FOCAC) em Pequim, foi anunciado a criação do Fundo de Desenvolvimento China-África (CAD Fund, em inglês), um fundo orientado para o mercado com duração de 50 anos, subsidiado pelo BDC e cujo objetivo era promover o investimento de empresas chinesas em países africanos nos setores de geração de energia, transporte, infraestrutura, recursos naturais e manufaturas (Schickerling,

2012). Sua atuação não se dá como uma agência oficial de ajuda. Nesse sentido, os empréstimos não são alocados a países específicos e os projetos devem ser administrados de forma independente. Por ser uma ramificação do BDC, o fórum utiliza sua experiência na área de financiamento internacional para atuar também nos âmbitos da política de *going-out* e, recentemente, na Iniciativa do Cinturão e Rota. Estatisticamente, ao fim de 2018, o BDC sozinho possuía mais de US\$50 bilhões de financiamentos no continente africano e o CAD, separadamente, possuía US\$4.6 bilhões investidos (Li, 2020).

O Banco de Desenvolvimento da China se apresenta como uma instituição financeira independente, supervisionada diretamente pelo Conselho de Estado. Sua taxa de juros básica é atrelada ao London Interbank Offered Rate (LIBOR) ou o Euro Interbank Offered Rate (Euribor) somada a uma margem adicional, que cobre os riscos específicos do mutuário e a capacidade de reembolso (Custer et al., 2023). Além disso, o banco destina seus recursos em oito áreas:

- (1) Desenvolvimento socioeconômico, como infraestrutura, indústrias básicas, indústrias pilares, serviços públicos e gestão; (2) Urbanização, integração urbano-rural e desenvolvimento regional equilibrado; (3) Programas essenciais para a competitividade nacional, incluindo a transformação, atualização e reestruturação de indústrias tradicionais, conservação de energia, proteção ambiental e fabricação de equipamentos avançados; (4) bem-estar público, incluindo moradia acessível, alívio da pobreza, empréstimos estudantis e financiamento inclusivo; (5) Áreas de importância estratégica, incluindo ciência e tecnologia, e intercâmbio entre pessoas; (6) A Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI), cooperação internacional em capacidade industrial, fabricação de equipamentos, conectividade de infraestrutura, energia e recursos, e empresas chinesas “se tornando globais”; (7) Iniciativas de apoio ao desenvolvimento e às reformas econômicas e financeiras; (8) Outros domínios incentivados pelas estratégias e políticas nacionais de desenvolvimento (China Development Bank, 2024).

Em 2023, o BDC registrou mais de RMB 18 bilhões de ativos, lucro de 87,4 bilhões e 0,58% no índice de empréstimos não produtivos (ver tabela 1) (China Development Bank, 2024). Internacionalmente, entre 2010 e 2019, o BDC contabilizou mais de US\$37 bilhões de financiamentos realizados, o que representa 30% de todo o empréstimo do país no período (Brautigam, 2021). Dentro do continente africano, especificamente, o BDC e o Eximbank juntos foram responsáveis por mais de 80% dos financiamentos realizados pela China e, entre 2000 e 2023, desembolsaram US\$182.28 bilhões em 1.306 empréstimos, destinados a 49 países e sete instituições regionais (Engel et al, 2024).

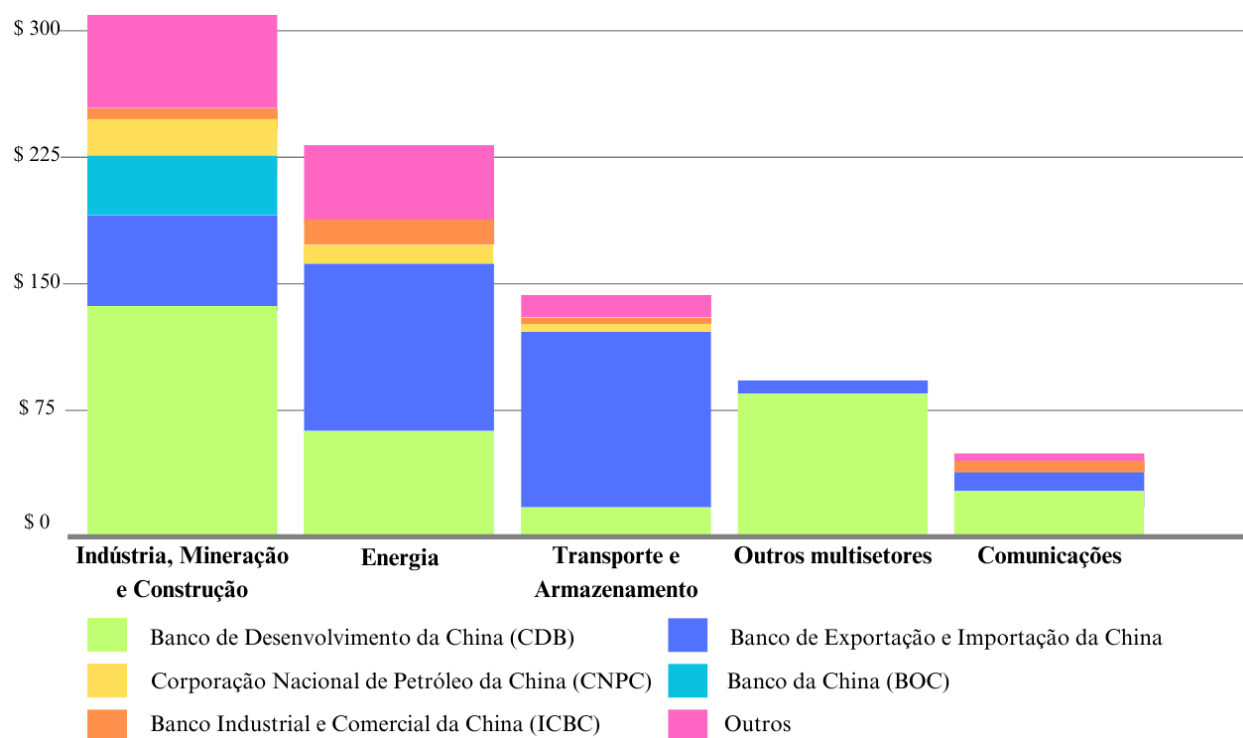
Tabela 1 – Financial Highlights 2023 (em bilhões RMB ou %)

	2023	2022	2021	2020	2019
Total de Ativos	18,654.5	18,243.1	17,167.9	17,103.6	16,504.6
Empréstimos Brutos e Adiantamentos a Clientes	14,904.5	14,474.9	13,262.5	13,049.9	12,200.5
Índice de Empréstimos Não Produtivos	0.58%	0.78%	0.84%	0.79%	0.95%
Índice de Provisão para Empréstimos Totais	4.66%	4.28%	3.80%	3.38%	4.24%
Passivo Total	16,974.8	16,637.5	15,629.7	15,623.0	15,100.8
Títulos de Dívida Emitidos	12,724.3	12,126.0	11,480.4	10,722.1	9,735.8
Capital Próprio Total	1,679.7	1,605.6	1,538.3	1,480.6	1,393.7
Lucro do Ano	87.4	84.3	80.8	118.8	118.5
Índice de Adequação de Capital	11.65%	11.37%	11.66%	12.03%	11.71%

Fonte: China Development Bank, Annual Report 2023. (tradução própria)

Na prática, entre 2000 e 2017 o banco investiu prioritariamente no setor industrial, mineração e construção, seguido de outros multissetores, energia, comunicação e transporte (ver gráfico 3). O gráfico 3, que apresenta seus dados em bilhões de dólares na cotação de 2017, esclarece que os financiamentos do BDC não se dão de forma proporcional em todos os setores, o que demonstra que sua atuação é diversa e abrangente. Com isso, questiona-se quais são as possíveis razões que explicam tal diversidade - tópico que será discutido nas seções seguintes.

Gráfico 3 – Top Cinco Principais Setores por Agência de Financiamento (em bilhões de US\$), 2000-2017



Fonte: Malik et al, 2021. (Tradução nossa, autoria própria).

Em suma, percebe-se que o BDC e a exportação de créditos possuem um papel de destaque dentro do âmbito econômico chinês e estão presentes em várias partes, e de diversas formas, no sistema internacional. Por essa razão, essa prática é muito discutida na literatura e não há um consenso sobre a viabilidade do modo como ela é feita e nem sobre qual seria seu principal objetivo para o Governo da China. Assim, na seção seguinte será exposto com mais detalhes a maneira de atuação do BDC e seus efeitos no Sistema Internacional e em outros países. Ademais, será argumentado se ele é uma ferramenta de diplomacia econômica para a China.

### 3. Os diferenciais do Banco de Desenvolvimento da China e suas implicações

Como mencionado anteriormente, no cenário internacional, o BDC atua como uma ferramenta do governo para aplicar as estratégias contempladas dentro da *going-out strategy*, ao mesmo tempo em que promove o crescimento e fortalecimento de empresas estatais (SOEs) e a urbanização de países em desenvolvimento. Os bancos de desenvolvimento chineses são a principal fonte de financiamento para desenvolvimento externo do país (ODF, ou *overseas development finance* em inglês) e estes possuem características singulares, que os diferem dos financiamentos oferecidos por países ocidentais.

Em primeiro lugar, vê-se que eles são, na maioria das vezes, não concessionais e não subsidiados, ou seja, oferecem taxas de juros próximas às de mercado e o mutuário é o responsável pelo seu pagamento, por isso, são mais caras<sup>5</sup> (Chen, 2020). Além disso, identifica-se que os devedores são países em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina. Nesse sentido, ao analisar a natureza dos ODFs chineses é constatado que eles possuem características tanto de ajuda/doação quanto de créditos de exportação. São semelhantes à ajuda pois seus beneficiários são, majoritariamente, países do Terceiro Mundo, e possuem correspondência com créditos de exportação, pois seus termos e condições se parecem com os de empréstimos comerciais, já que são, em sua maioria, não concessionais, não subsidiadas e com elevado custo de capital (Chen, 2020).

Sob essa perspectiva, identifica-se que os financiamentos para o desenvolvimento podem ser divididos em oito categorias: 1) projetos de infraestrutura, agrícolas e instalações industriais; 2) máquinas e equipamentos; 3) cooperação técnica em forma de treinamento; 4) cooperação para o desenvolvimento de recursos humanos, também em forma de treinamento; 5) envio de equipes médicas; 6) ajuda humanitária; 7) programas de voluntariado no exterior; 8) reparação de dívidas (Shambaugh, 2013). A maior parte das ODFs chinesas se encontram dentro do primeiro tipo, e é nesse âmbito que o BDC atua com maior frequência.

Em relação aos financiamentos concedidos a Estados, como já mencionado, identifica-se a predominância de países de média e baixa renda, conforme categorização do World Bank (Chen, 2020). Por exemplo, entre 2000 e 2017, dos vinte maiores tomadores de empréstimos de *policy banks* no setor de energia somente um era considerado de renda alta, segundo dados do *Global Development Policy Center* (Chen, 2020). Nesse sentido, tendo em vista que a configuração dos empréstimos do BDC se assemelha a de bancos comerciais comuns, questiona-se como países em desenvolvimento optam e se beneficiam dessa transação.

Em primeiro lugar, destaca-se a singularidade da forma como se dá o fornecimento de créditos. Por um lado, o BDC não impõe a adoção de medidas fiscais e monetárias como pré-condição para receber o financiamento, assim como é feito pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, ou seja, adotam uma política “sem amarras” (Shambaugh, 2013). Por outro,

---

<sup>5</sup> Geralmente, empréstimos realizados a países de baixa renda são concessionais e subsidiados pelo Governo credor, isto é, possuem taxas de juros baixas, próximas a zero, e prazos para pagamentos maiores, a fim de adequar-se às suas realidades e capacidades de pagamento (FMI, 2023).

também não são totalmente permissivos, como outros consórcios de bancos comerciais ocidentais. Em outras palavras, para que um país receba o crédito solicitado é imperativo que ele aplique esse dinheiro em projetos pré-acordados, realizados por empresas chinesas (Bräutigam e Gallagher, 2014). Dessa maneira, os países em desenvolvimento conseguem obter os recursos necessários para investir em projetos de infraestrutura e modernização ao mesmo tempo em que se desvinculam das pressões morais e ideológicas postas por países ocidentais (Zhao, 2024).

Em segundo lugar, evidencia-se as modalidades de pagamento alternativas propostas pelos bancos. Tendo em vista que países em desenvolvimento possuem maiores instabilidades econômicas e políticas e são mais propensos a não pagar os empréstimos contraídos, o BDC propõe um pagamento lastreado em commodities, operação que demanda a atuação coordenada não só do banco e da instituição financeira do país parceiro, mas também das empresas atuantes na materialização do projeto e as empresas vendedoras de commodities (Chen, 2020). Na ótica do banco, o gerenciamento de risco é efetivo e mantido em níveis baixos, pois o lastreamento em commodities, especialmente petróleo, faz com que a China tenha garantia do fornecimento da matéria-prima, independentemente de variações de preço e crises econômicas (Sanderson e Forsythe, 2013). Por exemplo, tem-se o acordo com o Governo de Gana para a construção da hidroelétrica de Bui-Dam, cujo pagamento foi lastreado em cacau, em 2006. Conforme Bräutigam e Gallagher (2014), esse processo ocorre da seguinte maneira:

O banco chinês exigiria uma carta de solicitação do Ministro das Finanças do país mutuário, um contrato de engenharia, aquisição e construção EPC (*Engineering, Procurement and Construction*) com uma empresa chinesa bem-conceituada, um estudo de viabilidade do projeto e um relatório de avaliação de impacto ambiental. O importador chinês assinaria um contrato de compra com a empresa que vende a commodity. O governo mutuário assinaria o contrato de empréstimo com o banco chinês, e os rendimentos de uma quantia específica da exportação (geralmente em quantidade, em vez de valor) seriam depositados em uma conta de custódia com o banco chinês e sacados para pagar o empréstimo do contrato EPC. Portanto, não é a própria commodity de exportação que paga o empréstimo, como em um verdadeiro sistema de escambo, mas os rendimentos da venda da commodity. (Tradução própria).



Certamente, o exemplo mais conhecido da utilização dessa modalidade de pagamento é o empréstimo feito do BDC à Venezuela, pagos com petróleo. Em 2007, o BDC aprovou a concessão de US\$4 bilhões para o Banco Venezuelano de Desenvolvimento, e parte desse valor foi utilizada para pagar empreiteiras chinesas em construções de infraestrutura na Venezuela. A outra parte foi lastreada em petróleo, por meio da assinatura de um contrato entre o BDC e a Petróleos de Venezuela SA (PDVSA), fornecedora venezuelana de petróleo e gás natural, que venderia seus produtos para SOEs chinesas, e estas pagariam pelo petróleo em uma conta do BDC, que descontaria a dívida do país latino (Chen, 2020). A transação mostrou-se benéfica para ambos Estados, o modelo passou a ser chamado de “infraestrutura por petróleo” e a Venezuela tornou-se o principal destino de empréstimos e financiamentos na América Latina desde 2005, recebendo mais de US\$21 bilhões apenas em 2010 (Myres e Ray, 2023).

Em 2013, o financiamento para desenvolvimento e a cooperação entre a China e os países de média e baixa renda deram outro passo importante com o anúncio da iniciativa “*One Belt, One Road*” (BRI, ou política do Cinturão e Rota em português), popularmente chamada de Nova Rota da Seda, pelo presidente Xi Jinping. Seu projeto era construir infraestruturas terrestres e marítimas que conectassem a China ao Sul e Sudeste Asiático, a Ásia Central, Oriente Médio, Europa e África (Malik et al, 2021). Posteriormente, os horizontes da iniciativa se expandiram e seu foco tornou-se promover a conectividade Sul-Sul e o comércio de bens entre os países participantes (Zhao, 2024). Segundo análises feitas por Malik et al (2021) e divulgadas pela Aid Data, o comércio entre China e os países participantes do BRI ultrapassaram US\$19 trilhões entre 2013 e 2022 e o seu engajamento comercial com outro país aumenta cerca de 63% após a sua adesão na iniciativa.

Na prática, a Nova Rota da Seda é uma abordagem contemporânea da estratégia *going-out*. No entanto, a principal diferença entre as duas políticas é a forma como os financiamentos se dão. A partir de agora, os bancos comerciais chineses, como o Banco da China, o Banco de Construção da China e o Banco Comercial e Industrial da China, possuem maior protagonismo em relação aos *policy banks*, ou seja, dentro do âmbito do BRI, os créditos são fornecidos, majoritariamente, por bancos comerciais (Malik et al, 2021). Além disso, outro diferencial notável nos financiamentos feitos dentro da iniciativa do Cinturão e Rota é o aumento dos critérios na escolha dos países mutuários. Desde 2013, ano em que o programa foi apresentado, viu-se que os financiamentos chineses são alocados a países que representam menos riscos de inadimplência, e a métrica analisada para isso é se o país recorreu à China para a redução de dívida nos últimos anos (Acker

e Brautigam, 2021). Sob essa perspectiva, viu-se que a dívida externa do continente africano com a China cresceu de 1% em 2000 para 13% em 2022, e os fatores que explicam esse aumento, especialmente após 2016, são os elevados financiamentos tomados para a construção de infraestrutura e o crescimento das despesas orçamentárias provocadas pela pandemia de COVID-19 (Moses et al, 2024). Portanto, esses fatores explicam o motivo da queda de financiamentos feitos pela China no continente africano após os primeiros anos (2013-2018) da Iniciativa do Cinturão e Rota (Engel et al, 2024).

No entanto, cabe ressaltar que o BDC não atua somente na concessão de créditos a outros Estados, mas também a empresas, especialmente as nacionais chinesas. Até o começo da década de 2010, os empréstimos eram concedidos, em sua maioria, a empresas estatais de petróleo, energia e commodities (Shambaugh, 2013). Devido a sua industrialização, a China é grande consumidora de combustível e, desde 2010, mais da metade de seu consumo total dependia de importações (Shambaugh, 2013). Por exemplo, em 2023, seu consumo foi de 16.6 milhões de barris por dia, e desses, mais de 11 milhões de petróleo bruto procederam de importações. (CEIC Data, 2024). Nesse sentido, a fim de preservar seu próprio crescimento, era necessário que o país se prevenisse de instabilidades mercadológicas e políticas, e a estratégia aplicada foi o incentivo às empresas estatais do ramo para firmarem negócios em outros países (Liou, 2014). Ou seja, a internacionalização das SOEs foi facilitada, em primeiro lugar, pela necessidade em se aplicar a *going out strategy* e pela garantia de que seriam instituições competitivas no cenário internacional, criando, como consequência, uma nova forma de atuação e de avanço para o BDC (Downs, 2011).

A partir de 2011, com as metas do Décimo Segundo Plano Quinquenal (2011-2015), os investimentos diretos externos (ODI, *outward direct investment*, em inglês) passaram a ser ofertados em maior quantidade para outras empresas de áreas estratégicas, como telecomunicações, automóveis, agricultura, eletrônicos, pesquisa e desenvolvimento e indústria de serviços (Shambaugh, 2013). A partir daí, empresas como ZTE Corporation e Huawei firmaram negócios em outros continentes e cresceram de forma abrupta. Com a Huawei, por exemplo, o apoio dado pelo BDC funcionava com o fornecimento de linhas de crédito para clientes estrangeiros, para que eles comprassem os produtos chineses, e o risco de inadimplência desses clientes era compartilhado com a respectiva SOE.

O BDC, por sua vez, poderia assegurar que haveria garantia no processo tanto na forma de ativos quanto na obtenção de uma garantia da companhia de seguros estatal chinesa, a Sinosure

(Sanderson e Forsythe, 2013). Dessa maneira, o BDC pôde aumentar a competitividade das empresas nacionais chinesas no contexto internacional, possibilitando-as vantagens de preços, por intermédio de capitais de baixo custo (Liou, 2014).

Entretanto, a forma que o BDC maximiza seus lucros por meio de investimentos de alto risco e alta recompensas em países politicamente instáveis não é tida como aceitável por muitos Estados, especialmente os Estados Unidos (Zhou, 2024). Em primeiro lugar, destaca-se os impasses com a OCDE. Embora atue em um sistema comercial influenciado pela organização, a China não é um membro e, portanto, não deve cumprir suas diretrizes, mesmo assim, suas ações são repudiadas pela organização (Shambaugh, 2013; Hopewell, 2019). Caso fosse membro, sua política de financiamento para o desenvolvimento não seria sequer considerada uma ODA, uma vez que envolve a participação de empresas privadas<sup>6</sup> e possuem subsídios acima de 25%, seria, em vez disso, uma OOF (Shambaugh, 2013). A explicação para isso e para as constantes denúncias de dumping na Organização Mundial do Comércio é, segundo Hopewell (2019), o fato da China ser resistente à adoção das medidas liberais que regem o sistema econômico, ao mesmo tempo em que não tenta destituir a ordem vigente, ou seja, é um agente que tenta enfraquecer o regime, mas não acabá-lo. Diante da sua magnitude e capacidade em reconhecer seus interesses e aplicar créditos de forma eficaz para satisfazê-los, a recusa do país em se inserir e encaixar nas instituições liberais de governança global e nas regras internacionais traz instabilidades e incertezas sobre a manutenção de tal ordem (Hopewell, 2019).

Além disso, é pertinente observar que a aproximação e o aumento da influência chinesa nos países do Terceiro Mundo preocupam os Estados Unidos, que temem serem substituídos pela gigante asiática. Desde a década de 1960, a China se posiciona como um país de Terceiro Mundo e, como tal, também foi marcada pelo colonialismo e imperialismo ocidental (Shambaugh, 2020; Carafano, 2023). Argumentando que possuem mais semelhanças que diferenças, a China toma iniciativas para promover a integração Sul-Sul e estabelecer seu protagonismo dentro do grupo pela via de *soft power* (Shambaugh, 2013).

Essa estratégia é bem-sucedida por uma série de fatores já ressaltados anteriormente, mas cabe apontar dois novos. Em primeiro, a cooperação Sul-Sul é fomentada pela repulsa em relação

---

<sup>6</sup> Os financiamentos do tipo ODA não admitem concessão de fundos para empresas do país doador para subsidiar seus investimentos privados em países receptores (OCDE, 2024).

ao histórico hipócrita<sup>7</sup> dos Estados Unidos no que tange à condução de políticas econômicas. Em segundo, os países do Sul Global utilizam dessa nova via de cooperação para ter mais autonomia em suas decisões, isto é, buscam exercer o “poder de negação” (Shidore, 2023).

Diante desse cenário, a estratégia estadunidense consiste em apresentar, por um lado, projetos que os integrem ao Sul Global e, de outro, questionar o status chinês de país subdesenvolvido. Em 2022, os EUA assumiram o compromisso de aumentar sua participação no Oriente Médio, África e América Latina por meio do Relatório de Estratégia de Segurança Nacional (Zhao, 2024), no entanto, segundo o especialista em segurança internacional e desafios de política externa James Carafano (2023), é improvável que os Estados Unidos se engajem em políticas de integração com o Sul Global nesse momento, já que isso não está dentro de seus interesses prioritários<sup>8</sup>. Sua outra forma de atuação é questionando o status de subdesenvolvimento chinês, apontando que, por ser a segunda maior economia do mundo e possuir indústrias de tecnologia de ponta, a China não deve ser considerada um país subdesenvolvido. Por consequência, ela também não deve ter acesso aos benefícios que esses países recebem, como empréstimos do Banco Mundial e assistência no Fundo Verde para o Clima das Nações Unidas, pois a sua utilização sem a real necessidade torna sua competição com os Estados Unidos desleal. Uma vez que ela perde esse status, suas exportações passarão a ser negociadas com tarifas maiores e suas obrigações serão reivindicadas com maior imperatividade (Zhou, 2024).

#### **4. O BDC como diplomacia econômica da China**

Deborah Brautigam inicia seu artigo “*China Development Aid in Africa: What, Where, Why and How Much?*” (2011a) afirmando que dentro da comunidade acadêmica não há consenso em relação a natureza da ajuda oficial ao desenvolvimento chinês, quais são seus destinatários principais, qual a razão que motiva essas transações e qual seu real tamanho e impacto. Sob essa perspectiva, vê-se que as razões que explicam esse desacordo são, não só as complexidades e

---

<sup>7</sup> Segundo Matias Spektor (2023), a hipocrisia ocorre quando a condução da política externa de um país não condiz com suas reivindicações retóricas de virtude moral. Nesse sentido, sabe-se, conforme Chang (2004), que a forma como os atuais países desenvolvidos se industrializou e modernizou não condiz com o que eles defendem que deve ser feito para atingir o desenvolvimento e crescimento econômico atualmente, a saber, compactuar com as instituições e ideários neoliberais do Consenso de Washington.

<sup>8</sup> Para Carafano (2023), interesses prioritários são interesses geopolíticos vitais para a manutenção da ordem internacional e tidos pela Casa Branca como seus principais norteadores de política externa, independentemente se o país for governado pelo partido republicano ou democrático, como a estabilidade da Europa.

especificidades dos financiamentos para o desenvolvimento chinês, mas também a dificuldade em se obter e compreender dados oficiais. Para ela, os mal-entendidos são provocados pelo fato de que não há um modelo para os financiamentos, ou seja, eles podem assumir configurações diferentes uns dos outros. Por exemplo, as transações feitas somente pelo BDC podem utilizar proporções distintas de pastas do governo, ter associação a empresas estatais ou não, e aplicar instrumentos financeiros diversos que garantirão a viabilidade do projeto (Brautigam, 2011a; 2011b). Por essa razão, vê-se que estudiosos do campo podem ter dificuldades até mesmo em caracterizá-los como ajuda ou instrumentos de negócios.

Pesquisadores como Chin-Shian Liou (2013) argumentam que a internacionalização de empresas estatais, por meio do financiamento concedido por *policy banks*, e suas parcerias consequentemente formadas refletem mais os interesses próprios e estratégias das SOEs do que os objetivos políticos do Estado, ou seja, é uma perspectiva que possui uma inclinação comercial corporativa. Por outro lado, existem pesquisadores como Muyang Chen (2020) que defendem que os financiamentos para o desenvolvimento são uma tentativa chinesa de internacionalizar o seu modelo de modernização. Ou seja, para essa perspectiva, a China utiliza de suas experiências próprias para possibilitar uma nova alternativa de desenvolvimento aos países do Terceiro Mundo. Não só isso, mas também é argumentado que os ministérios e os *policy banks* possuem outras metas e prioridades específicas. Embora esses pontos de vista sejam válidos e destacam aspectos importantes do financiamento para o desenvolvimento, este artigo argumenta que o BDC é utilizado como política de diplomacia política e econômica e que projeta, em última instância, a concretização de objetivos de política externa no continente africano. Para corroborar com essa tese, destacam-se cinco elementos principais.

Em primeiro lugar, vê-se que os países que reconhecem e mantêm relações diplomáticas com Taiwan não recebem financiamento de desenvolvimento chinês (Yoo, 2021). Com suporte na “Política de Uma China”, que prevê que há somente um governo chinês, o BDC impede que projetos e financiamentos sejam destinados a nações que consideram Taiwan uma nação independente, na tentativa de persuadir outros países, receber apoio internacional na sua política e, por consequência, isolar Taiwan do cenário internacional (Medeiros, 2009; Broich, 2017). Para Broich (2017), essa pode ser considerada a principal exceção à posição da China de não vincular financiamentos para o desenvolvimento com condicionalidades. Devido a esse posicionamento imperativo, diversos Estados africanos interromperam suas relações diplomáticas com Taiwan

(Alden, 2005), que foi de 16 parceiros em 2016 para 12 em 2024, sendo somente um no continente africano (Lawrence, 2024).

Em segundo lugar, vê-se que o BDC atua na garantia do fornecimento de recursos para a China. Como discutido na seção anterior, parte da singularidade do trabalho internacional do BDC são os pagamentos de empréstimos lastreados em commodities e o investimento em SOEs de setores estratégicos, processos que ocorrem para assegurar que o país tenha provedores dessas mercadorias, independentemente da conjuntura externa (Cirrincione, 2020). Sob essa perspectiva, destaca-se a preocupação em promover a segurança alimentar, diante do aumento populacional e da perda de terras agrícolas férteis para a indústria; a segurança energética, buscando fornecedores de petróleo; e políticas industriais, que garantem o acesso a outros recursos naturais importantes para a indústria, como cobre, urânio, minério de ferro, titânio e cobalto (Alden, 2005).

Embora a viabilização de recursos seja o principal estimulador de investimentos chineses em outros países, ela sozinha não explica a atuação internacional do BDC e dos financiamentos para o desenvolvimento, ou seja, sua atuação se dá para além da necessidade de recursos naturais (Brautigam, 2009). Dentro do âmbito do Fórum de Cooperação China-África, subsidiado pelo BDC e um dos maiores promotores de financiamento no continente africano, por exemplo, o investimento em manufatura compreende cerca de 40% do total de projetos realizados, em oposição a 5% no setor de energia, 9% no de agricultura e 21% no de mineração (Li, 2020). Portanto, considerar que a atuação do banco se dá meramente à busca por recursos é uma simplificação excessiva do cenário.

Além disso, o terceiro elemento prevê que o BDC também contribui para a busca de novos mercados e oportunidades de investimento para as empresas chinesas, uma vez que o banco facilita sua internacionalização (Alden, 2005). Essa estratégia está associada não só a empresas prestadoras de serviços, como empreiteiras que atuam na construção de infraestruturas, mas também em indústrias exportadoras de mercadorias, que buscam expandir seus horizontes de negócios e mercado consumidor para absorver o excedente produzido (Broich, 2017; Carmody e Owusu, 2011). Por exemplo, destaca-se a atuação do Fórum de Cooperação China-África no estabelecimento de *joint ventures* e o investimento de mais de US\$100 milhões em empresas estatais automobilísticas chinesas, como Brilliance Auto Group, Cherry International, First Automobile Works e China North Vehicle, para introduzir seus produtos no mercado africano.

Com esse financiamento, foi possível produzir mais de cem mil carros e caminhões no continente, capazes de competir com as gigantes japonesas e europeias (Li, 2020).

Nesse aspecto, percebe-se que a presença de empresas chinesas em países africanos provoca, por vezes, tensões entre mutuário e mutuante, pois as indústrias locais, especialmente manufaturas e têxteis, não conseguem competir com o preço das concorrentes chinesas e são prejudicadas. Ademais, o envio de profissionais chineses para trabalhar nos projetos firmados em países africanos, em vez da capacitação e contratação de trabalhadores locais, também são alvos de críticas (Alden, 2005).

O quarto elemento é a promoção da cooperação para o desenvolvimento e aumento do *soft power* chinês nos países africanos. Em relação a esse ponto, destaca-se não só os projetos vinculados à iniciativa do Cinturão e Rota, mas também parcerias paralelas lideradas pelo BDC. No continente africano, esse objetivo foi impulsionado pela criação do Fundo de Desenvolvimento China-África, em 2007, que possuía o intuito de estreitar as relações entre os envolvidos e contribuir para o desenvolvimento econômico dos países africanos (Alden, 2003; Marvin, 2012).

Como exemplo, tem-se os investimentos feitos no setor agrícola de Angola, no período de 2008 e 2011. Dentre os países africanos, Angola foi o que mais recebeu investimentos OOF pelos *policy banks* chineses entre 2000 e 2017 (Malik et al, 2021), período em que os dois países construíram fortes laços econômicos e diplomáticos. Em 2004, o país africano estabeleceu um acordo para cooperação com o Banco de Exportação e Importação da China (Eximbank) no valor de US\$2 bilhões, cujo pagamento era garantido pelo fornecimento de petróleo, modelo que ficou conhecido como “*Angola Mode*”. Em 2009, o BDC assumiu o protagonismo e firmou um acordo de US\$1.5 bilhões com Angola, o qual seria destinado exclusivamente ao setor agrícola, a fim de diversificar as exportações do país. Nesse acordo, o crédito foi aplicado na construção de seis fazendas agroindustriais, que tinham entre 1.500 e 12.000 hectares. Além disso, os angolanos receberam treinamento em tecnologia e gerenciamento agrícola pela China, com o objetivo de construir um sistema de irrigação, secagem dos grãos, armazenamento e processamento de sementes híbridas, como arroz e milho. Diferente do financiamento anterior, este possuía taxas de juros comerciais e não era uma nova versão do *Angola Mode*. Não só isso, mas vê-se que 100% dessas propriedades e do que elas produzem são de posse do Ministério de Desenvolvimento Rural e Agrícola da Angola (Jinyan, 2015). Para Zhou Jinyan, o investimento em setores que melhorem

a qualidade de vida da população, como o agrícola, é uma estratégia de *soft power*, pois promove a sua imagem dentro do país parceiro.

Por fim, o quinto elemento que reafirma a utilização do BDC como diplomacia econômica é a sua utilização para formar sólidas parcerias estratégicas. Entre 2000 e 2022, os dois *policy banks* chineses (BDC e Eximbank) destinaram mais de US\$134 bilhões para 47 países africanos (Moses et al, 2024). O BDC sozinho foi responsável por destinar, entre 2010 e 2019, US\$37 bilhões para financiamentos de projetos no continente, cerca de 30% do total de empréstimos feitos no período (Braütigam, 2021). Como consequência do apoio externo, os governos africanos tendem a ter maior alinhamento com as propostas e posicionamentos chineses (Struver 2016 *apud* Broich, 2017). Nesse sentido, e somado a isso, vê-se que as nações africanas formam o maior bloco de votos em cenários multilaterais no âmbito de organizações internacionais, como a OMC e a ONU, e, portanto, a consonância do seu posicionamento ao da China é estratégico, pois permite que a gigante asiática tenha maior poder de persuasão nas aprovações de medidas que estejam de acordo com seus interesses (Alden, 2005).

Em suma, viu-se nessa seção os principais motivos que explicam os financiamentos do Banco de Desenvolvimento da China aos países de média e baixa renda e alguns de seus exemplos práticos. Em seguida, será apresentado e discutido um caso específico que corrobora com a tese defendida neste artigo, que a atuação do BDC é uma ferramenta estratégica para a consolidação dos interesses econômicos chineses.

### **5. Projeto de Desenvolvimento de Infraestrutura de Gás no Corredor Ocidental, dezembro de 2011**

Em 2011, o BDC assinou com o Governo de Gana um Acordo de Instalação Principal (*Master Facility Agreement*, MFA, em inglês) de US\$3 bilhões, a ser pago em duas parcelas: uma dali a quinze anos e a outra, a dez, para a efetivação de parte do Projeto de Desenvolvimento de Infraestrutura de Gás no Corredor Ocidental, cujo orçamento é de US\$ 13 bilhões (Ablo, Asamoah, 2017). Esse projeto prevê a criação de um “gasoduto offshore de 45km, uma planta de processamento de gás e um gasoduto terrestre de 110km conectando a planta de processamento de gás a usinas de energia perto da principal cidade portuária de Gana, Takoradi” (Chen, 2016). Desse modo, objetivava-se que o valor investido nessa iniciativa contemplasse doze projetos de infraestrutura, incluindo construção de rodovias, utilização de transporte multimodal e



modernização de portos e das comunicações para segurança nacional (Ministério das Finanças, 2018).

Em relação ao pagamento, vê-se que ele seria feito por meio do fornecimento de petróleo para a China. Por essa razão, considera-se que este era um Acordo de Cinco Partes, isto é, que possui o envolvimento de cinco instituições, são elas: Governo de Gana (GoG), Banco de Gana (BoG), Corporação Nacional de Petróleo em Gana (GNPC) - empresa estatal reguladora da indústria petrolífera no país, BDC, a UNIPPEC Ásia - subsidiária da Sinopec, empresa estatal chinesa que administra a compra e distribuição de petróleo internacional, e o Ministério de Finanças e Planejamento Econômico de Gana (MOFEP) (Chen, 2016; Ministério das Finanças, 2018). No documento oficial do acordo, é estabelecido as atribuições e responsabilidades de cada uma das partes.

Em resumo: a obrigação do GoG é abrir e manter as contas de transação; a obrigação do BoG é garantir transferências oportunas e legais de reembolsos para contas BDC e de abrir e manter cartas de crédito standby; a obrigação da GNPC é fornecer [petróleo] e a obrigação da UNIPPEC é comprar petróleo bruto para dar suporte aos reembolsos; a obrigação do MoFEP é a de supervisionar e gerenciar o empréstimo e os projetos. (Ministério das Finanças, 2018). Tradução nossa.

Ou seja, foi acordado que, ao longo de quinze anos, a GNPC forneceria 13.000 barris de petróleo bruto por dia como forma de quitar a dívida. Por outro lado, a Sinopec assumiria a responsabilidade de construir a infraestrutura estipulada sob um acordo subsidiário de US\$750 milhões (Mohan e Tan-Mullins, 2018).

No entanto, a execução do acordo foi marcada por problemas institucionais e de poder internos de Gana, além da divergência de interesses entre os envolvidos. No final de 2014, um ano após o fim do Projeto de Desenvolvimento de Infraestrutura de Gás no Corredor Ocidental, o acordo com o BDC foi objeto de contestação política pelo partido oposto ao que estava no poder (Chen, 2016; Mohan e Tan-Mullins, 2018). Em primeiro lugar, viu-se que foi usado somente metade da quantia estabelecida no contrato e que, dos doze projetos previstos, apenas dois foram de fato implementados, a usina de gás e um aprimoramento de tecnologias da informação e comunicação (Mohan e Tan-Mullins, 2018). Ademais, dentre as alegações feitas, destaca-se a de que a GNPC assinou contratos superfaturados com o banco de desenvolvimento chinês, os quais continham cláusulas que feriam a Lei de Gestão de Receitas de Petróleo, que regulamenta a forma como a compra e venda de petróleo deve ser realizada no país. Por exemplo, acusavam o Governo de concordar com o emprego de, pelo menos, 60% dos insumos e serviços de origem chinesa,

enquanto a lei referida determina que esses recursos sejam ganeses (Chen, 2016). Diante dessas divergências, a oposição denunciou que a GNPC tinha dificuldades em negociar novos termos para o acordo e administrar sua relação com a Sinopec, já que esta possuía maior poder, influência e experiência (Chen, 2016).

Somado a isso, entre o fim de 2014 e o início de 2015, os preços internacionais de petróleo sofreram uma brusca queda, o que afetou as condições fiscais de Gana. Por esse motivo, iniciaram-se discussões entre o Governo de Gana e o BDC para recalcular os termos do contrato. Por um lado, o banco chinês buscava a redução de US\$15 do preço do barril de petróleo vendido a eles, ou seja, de US\$100 para US\$85 por barril, e o aumento do fornecimento diário, de 13.000 barris para 15.000. Por outro, o Governo de Gana defendia que o preço de referência (100 dólares) deveria ser mantido, e que a redução de US\$15 implicaria que Gana desembolsasse US\$6.4 bilhões para pagar a dívida contraída de US\$3 bilhões, cenário semelhante a tomada de um empréstimo com juros de 6% ao ano (Chen, 2016). Entretanto, apesar dos esforços em atualizar o acordo, as partes não alcançaram um meio termo, o que resultou no cancelamento do empréstimo de US\$1,5 bilhões, ou seja, metade do discutido anteriormente (Chen, 2016; Mohan e Tan-Mullins, 2018).

Mediante o exposto, destaca-se algumas consequências relevantes. Em primeiro lugar, viu-se um aumento da dívida nacional de Gana. A relação dívida/PIB saltou de 35% em 2009 para 70% em 2014, provocado não só pela super faturação do empréstimo bem como pelo aumento do preço negociado para a venda de petróleo para a China (Mohan e Tan-Mullins, 2018). Em segundo lugar, o contrato foi tido como uma operação ganho-ganho para a China, uma vez que ela se beneficiou não só com o recebimento de petróleo, mas também pelo fato de que mais de 60% dos subcontratos realizados ao longo do período foram de empresas chinesas (Mohan, 2015).

Sob essa perspectiva, cabe destacar também a omissão de auxílio aos fazendeiros e moradores de áreas evacuadas para a construção das infraestruturas (Ablo, Asamoah, 2017). No início das negociações, foi estipulado que os afetados pelas reformas receberiam auxílios financeiros das partes envolvidas no acordo e que teriam novas oportunidades de emprego no projeto. Porém, na prática, a Sinopec enviou para Gana trabalhadores chineses já capacitados, em vez de treinar os locais, e as ocupações disponibilizadas eram nos setores de segurança, trabalho manual e limpeza, os quais ofereciam salários reduzidos, de US\$3 ao dia em uma jornada de 12 horas (Ablo e Asamoah, 2017).

Em suma, a partir da análise desse caso, evidencia-se dois pontos relevantes sobre a relação entre o BDC e países de média e baixa renda. O primeiro deles é que fica claro que a atuação do Banco de Desenvolvimento da China é movida por interesses econômicos e políticos, ou seja, estão, acima de qualquer outra coisa, condicionados às estratégias de política econômica de seu país. Portanto, torna-se equivocado presumir que a conduta do banco é movida somente pelo interesse em promover a cooperação e o desenvolvimento de países de média e baixa renda. O segundo ponto que cabe destacar, mas que não será tópico de discussão neste trabalho, é o risco de contrair empréstimos de alto valor oferecem aos países que possuem vulnerabilidades fiscais e monetárias<sup>9</sup>.

## **6. Considerações Finais**

O caso de financiamento para o desenvolvimento chinês é, em todos os aspectos, inovador. Até então, não existia no cenário internacional uma iniciativa que destinasse uma quantidade exorbitante de recursos para projetos de infraestrutura, modernização e urbanização, que estivesse presente em todos os continentes e sem a imposição de condicionalidades vinculadas a reformas fiscais ou monetárias. No que tange ao aspecto interno desta nova modalidade, é surpreendente os efeitos que a organização e coordenação estatal chinesa foi capaz de realizar.

No entanto, é equivocado afirmar que a conduta chinesa no âmbito internacional ocorreu tempestivamente, pois isso ignora a transição gradual e lenta realizada pelo governo desde o início dos anos 2000. O impulso promovido pela chegada de Xi Jinping ao Governo é mais um passo do projeto de ascensão chinesa, e não o início dessa estratégia.

A despeito de seus pontos de atenção e riscos, a ascensão internacional do BDC, assim como a do Eximbank, representa uma nova abordagem e inicia uma nova fase no âmbito da cooperação e integração mundial, uma vez que se propõe a, de fato, conduzir uma operação *win-win*, ou seja, a conquistar os interesses de seu país e promover retorno tangível ao país parceiro. Essa postura é ampliada na medida em que a China se opõe aos valores ocidentais e liberais de governança global e objetiva construir novas normas no sistema econômico internacional, feitas às suas medidas.

Por fim, em relação à hipótese levantada na introdução, vê-se que é possível concluir que o BDC é, simultaneamente, uma forte e efetiva estratégia de diplomacia econômica internacional,

---

<sup>9</sup> Para mais detalhes sobre essa discussão, ver Cirrincione (2020), Easterly (2003) e Carmody e Owusu (2011).

mas também uma ferramenta de política externa. Na segunda seção, foi visto como a internacionalização do banco foi uma decisão planejada, a fim de possibilitar a expansão das empresas estatais e conquistar recursos e mercado consumidor. Na terceira seção, viu-se as configurações adotadas para que ele fosse competitivo no cenário internacional, frente aos financiadores ocidentais competitivos e consagrados. Já na quarta seção, tem-se, de forma clara, as razões que comprovam sua atuação como diplomacia econômica. Finalmente, a quinta parte engloba os elementos que foram discutidos anteriormente e reforça a tese ao apresentar um caso real de atuação chinesa, que demonstra que seus interesses estão além da promoção da cooperação e integração.

## 7. Referências Bibliográficas

ABLO, Austin Dziwornu; ASAMOA, Vincent Kofi. **Local participation, institutions and land acquisition for energy infrastructure**: The case of the Atuabo gas project in Ghana. *Energy Research & Social Science*, [s. l.], v. 41, p. 191-198, julho 2017. DOI <https://doi.org/10.1016/j.erss.2018.03.022>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S2214629618303049?via%3Dihub>. Acesso em: 21 ago. 2024.

ACKER, Kevin; BRAUTIGAM, Deborah. **Twenty Years of Data on China's Africa Lending**. China Africa Research Initiative (CARI), School of Advanced International Studies (SAIS), Johns Hopkins University, [s. l.], v. 4, 2021.

BRAUTIGAM, Deborah; GALLAGHER, Kevin P. **Bartering Globalization**: China's Commodity-backed Finance in Africa and Latin America. *Global Policy*, University of Durham and John Wiley & Sons, Ltd., v. 4, ed. 3, p. 346-352, 2014. DOI <https://doi.org/10.1111/1758-5899.12138>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/1758-5899.12138>. Acesso em: 21 ago. 2024.

BRAUTIGAM, Deborah (ed.). **Chinese Development Aid in Africa**: What, Where, Why, and How Much?. In: GOLLEY, Jane; SONG, Ligang (ed.). *Rising China: Global Challenges and Opportunities*. [S. l.: s. n.], 2011a. cap. 13, p. 203-222. ISBN 9781921862298. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2013609](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2013609). Acesso em: 6 ago. 2024.

BRAUTIGAM, Deborah. **Aid 'With Chinese Characteristics'**: Chinese Foreign Aid and Development Finance Meet the OECD-DAC Aid Regime. *Journal of International Development*, Wiley Online Library, v. 23, ed. 5, p. 752-764, 2011b. DOI 10.1002/jid.1798. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/jid.1798>. Acesso em: 5 ago. 2024.

BRAUTIGAM, Deborah; HWANG, Jyhjong. **Eastern Promises**: New Data on Chinese Loans in Africa, 2000 to 2014. SAIS China-Africa Research Initiative, Johns Hopkins School of Advanced

International Studies, n. 4, Abril 2016. Disponível em: <http://www.sais-cari.org/publications>. Acesso em: 5 ago. 2024.

BURLAMAQUI, Leonardo. **As finanças globais e o desenvolvimento financeiro chinês: um modelo de governança financeira global conduzido pelo Estado**. In: CINTRA, Marcos Antonio Macedo; FILHO, Edison Benedito da Silva; PINTO, Eduardo Costa (org.). CHINA EM TRANSFORMAÇÃO: DIMENSÕES ECONÔMICAS E GEOPOLÍTICAS DO DESENVOLVIMENTO. Rio de Janeiro: [s. n.], 2015. cap. 6, p. 277-332. ISBN 978-85-7811-257-8.

CARAFANO, James Jay. **America's response to the Global South**. [S. l.], 3 ago. 2023. Disponível em: <https://www.gisreportsonline.com/r/global-south-united-states/>. Acesso em: 12 ago. 2024.

CARMODY, Padraig; OWUSU, Francis. **A Expansão da China para a África: Interesses e Estratégias**. In: LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira; PINTO, Eduardo Costa; ACIOLY, Luciana (org.). A China na nova configuração global : impactos políticos e econômicos. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011. cap. 6, p. 235-268. ISBN 78-85-7811-119-9.

CHINA DEVELOPMENT BANK. **About CDB**. [S. l.], 2024. Disponível em: [https://www.cdb.com.cn/English/gykh\\_512/khjj/](https://www.cdb.com.cn/English/gykh_512/khjj/). Acesso em: 22 jul. 2024.

CEIC DATA. **China Oil Consumption: 1965 - 2023 | Yearly | Barrel/Day th | BP PLC**. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://www.ceicdata.com/pt/indicator/china/oil-consumption>. Acesso em: 27 ago. 2024.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. 1. ed. [S. l.]: Editora Unesp, 2004. 267 p. ISBN 8571395241.

CHEN, Thomas. **What Happened to China Development Bank's \$3 billion loan to Ghana?**. China Africa Research Initiative (CARI), School of Advanced International Studies (SAIS), Johns Hopkins University, Washington, DC, n. 10, Fevereiro 2016.

CHEN, Muyang. **Beyond Donation: China's Policy Banks and the Reshaping of Development Finance**. Studies in Comparative International Development, [s. l.], v. 55, p. 436-459, 8 ago. 2020. DOI <https://doi.org/10.1007/s12116-020-09310-9>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s12116-020-09310-9#citeas>. Acesso em: 5 ago. 2024.

CIRRINCIONE, Elisa. **Chinese strategy in Africa**. In: CIRRINCIONE, Elisa. Huawei internacionalization strategy in Africa: a case of Chinese "colonialism"? 2020. Mestrado (Tese (Mestrado em Linguagens, Economia e Instituições da Ásia e Norte da África) - Università Ca' Foscari Venezia, [S. l.], 2020. f. 181. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10579/17368>. Acesso em: 9 set. 2024.

CUSTER, Samantha, DREHER, Axel, ELSTON, Thai-Binh, ESCOBAR, Brooke, FEDOROCHKO, Rory, FUCHS, Andreas, GHOSE, Siddhartha, LIN, Jiahui, MALIK, Ammar A.,

PARKS, Bradley C., SOLOMON, Kyra, STRANGE, Austin, TIERNEY, Michael J., VLASTO, Lydia, WALSH, Katherine, WANG, Fei, ZALESKI, LINCOLN, e Zhang, Aheng. 2023. **Rastreado o financiamento do desenvolvimento chinês: uma aplicação da metodologia TUFF 3.0 da AidData.** Williamsburg, VA: AidData na William & Mary.

DOWNS, Erica. **Inside China, Inc: China Development Bank's Cross-Border Energy Deals.** The John L. Thornton China Center at Brookings, Washington, DC, n. 3, Março 2011.

ELLIOT, Douglas J.; YAN, Kai. **The Chinese Financial System: An Introduction and Overview.** John L. Thornton China Center at Brookings, [s. l.], n. 6, Julho 2013.

FMI. **IMF Support for Low-Income Countries.** [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.imf.org/en/About/Factsheets/IMF-Support-for-Low-Income-Countries>. Acesso em: 26 ago. 2024.

HOPEWELL, Kristen. **Power transitions and global trade governance: The impact of a rising China on the export credit regime.** Regulation & Governance, [s. l.], v. 15, ed. 3, p. 634-652, 23 abr. 2019. DOI <https://doi.org/10.1111/rego.12253>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/rego.12253>. Acesso em: 19 ago. 2024.

JINYAN, Zhou. **Neither "Friendship Farm" nor "Land Grab": Chinese Agricultural Engagement in Angola.** SAIS China-Africa Research Initiative, Johns Hopkins School of Advanced International Studies, [s. l.], v. 7, Março 2015. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/NEITHER-%22-FRIENDSHIP-FARM-%22-NOR-%22-LAND-GRAB-%22-%3A-IN/162ad191a4935538d96e091b9165f12b75d0e4b7>. Acesso em: 26 ago. 2024.

LAWRENCE, Susan V. **Taiwan's Position in the World.** Congressional Research Service, [s. l.], n. 3, 29 abr. 2024. Disponível em: <https://crsreports.congress.gov/product/pdf/IF/IF12646>

LI, Hangwei. **From Politics to Business: How a state-led fund is investing in Africa? The case of the China-Africa Development Fund.** Global Development Policy Center, Boston University, 2020. Disponível em: <https://www.bu.edu/gdp/files/2020/02/WP10-Hangwei-1-1.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2024.

LIU, Chih-shian. **Rent-seeking at Home, Capturing Market Share Abroad: The Domestic Determinants of the Transnationalization of China State Construction Engineering Corporation.** World Development, [s. l.], v. 54, p. 220-231, Fevereiro 2014. DOI <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2013.08.011>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0305750X13002003?via%3Dihub>. Acesso em: 29 jul. 2024.

MALIK, Ammar A.; PARKS, Bradley; RUSSELL, Brooke; LIN, Joyce Jiahui; WALSH, Katherine; SOLOMON, Kyra; ZHANG, Sheng; ELSTON, Thai-Binh; GOODMAN, Seth. **Banking on the Belt and Road: Insights from a new global dataset of 13,427 Chinese development projects.** Aid Data at William & Mary, Williamsburg

MARTIN, Michael F. **China's Banking System: Issues for Congress**. Congressional Research Service, [s. l.], 20 fev. 2012.

MEDEIROS, Evan S. **China's Foreign Policy Actions**. In: CHINA'S International Behavior: Activism, Opportunism, and Diversification. [S. l.: s. n.], 2009. cap. 6, p. 93-192. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.7249/mg850af>. Acesso em: 19 ago. 2024.

MINISTÉRIO DE FINANÇAS (Gana). **US\$3 Billion Term Loan Facility Agreement between China Development Bank (CDB) and Government of Ghana (GoG)**. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.mofep.gov.gh/economic%20reports/US%243-billion-term-loan-facility-agreement-between-china-development-bank-CDB-and-government-of-ghana/2012-02-27>. Acesso em: 22 ago. 2024.

MOHAN, Giles; TAN-MULLINS, May. **The geopolitics of South-South infrastructure development: Chinese-financed energy projects in the global South**. Urban Studies, [s. l.], v. 56, ed. 7, p. 1-18, 2018. DOI <https://doi.org/10.1177/0042098018794351>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0042098018794351>. Acesso em: 19 ago. 2024.

MOHAN, Giles. **Queuing up for Africa: the geoeconomics of Africa's growth and the politics of African agency**. International Development Planning Review, [s. l.], v. 37, n. 1, p. 45-52, Janeiro 2015. DOI <https://doi.org/10.3828/idpr.2015.5>. Disponível em: <https://www.liverpooluniversitypress.co.uk/doi/10.3828/idpr.2015.5>. Acesso em: 19 ago. 2024.

MOSES, Oyintarelado; NGUI, Dianah; ENGEL, Lucas; KEDIR, Abbi. **China-Africa Economic Bulletin: 2024 Edition**. Boston University, Abril 2024. Disponível em: [https://www.bu.edu/gdp/files/2024/04/GCI\\_China-Africa-Bulletin-2024-FIN.pdf](https://www.bu.edu/gdp/files/2024/04/GCI_China-Africa-Bulletin-2024-FIN.pdf). Acesso em: 30 ago. 2024.

MYERS, Margaret; RAY, Rebecca. **At a crossroads: Chinese Development Finance to Latin America and the Caribbean, 2022**. The Dialogue: Leadership for the Americas: CHINA-LAC REPORT, Global Development Policy Center, Boston University, Março 2023. Disponível em: <https://www.bu.edu/gdp/files/2023/03/IAD-GDPC-CLLAC-Report-2023.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2024.

OCDE. **Official development assistance (ODA)**. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://www.oecd.org/en/topics/policy-issues/official-development-assistance-oda.html>. Acesso em: 1 ago. 2024.

OCDE. **Other Official Flows (OOF)**. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://www.oecd.org/en/data/indicators/other-official-flows-oof.html>. Acesso em: 1 ago. 2024.

SANDERSON, Henry; FORSYTHE, Michael. **China's superbank: debt, oil and influence – how China Development Bank is rewriting the rules of finance**. Singapore: Wiley; Bloomberg Press, 22 Jan. 2013.

SCHICKERLING, Elizabeth Jane. **Contextualising China-Africa Relations**. In: SCHICKERLING, Elizabeth Jane. *The role of the China-Africa Development Fund in China's Africa Policy*. Orientador: Dr. Sven Grimm. 2012. Tese (Mestrado em Artes (Estudos Internacionais) - Stellenbosch University, [S. l.], 2012. f. 84.

SHAMBAUGH, David. **China Goes Global: The Partial Power**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

SHAMBAUGH, David (Ed.). **China and the World**. Oxford: Oxford University Press, 2020.

SHIDORE, Sarang. **The Return of the Global South: Realism, Not Moralism, Drives a New Critique of Western Power**. *Foreign Affairs*, [S. l.], p. -, 31 ago. 2023. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/world/return-global-south-critique-western-power>. Acesso em: 5 set. 2024.

SPEKTOR, Matias. **The Upside of Western Hypocrisy: How the Global South Can Push America to Do Better**. *Foreign Affairs*, [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/united-states/upside-western-hypocrisy-global-south-america>. Acesso em: 5 set. 2024.

TAM, On-Kit. **The Development of China's Financial System**. *The Australian Journal of Chinese Affairs*, no. 17, 1987, pp. 95–113. JSTOR, <https://doi.org/10.2307/2158970>. Acesso em 22 de agosto de 2024.

WALTER, Carl E.; HOWIE, Fraser J.T. **Red capitalism: the fragile financial foundation of China's extraordinary rise**. Cingapura: Wiley, 2012. 260 p. ISBN 9781118255117.

WANG, Jian-Ye. **What Drives China's Growing Role in Africa?**. *Fundo Monetário Internacional*, [s. l.], n. 2007/211, 2007. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2016/12/31/What-Drives-Chinas-Growing-Role-in-Africa-21282#:~:text=Though%20in%20the%20past%20official%20development%20aid%20predominated%2C,and%20investment-to%20the%20center%20of%20China-Africa%20economic%20relations>. Acesso em: 16 ago. 2024.

ZHAO, Minghao. **The belt & road initiative and U.S.-China competition over the global South**. *China Economic Journal*, [s. l.], v. 17, ed. 2, p. 166-181, Abril 2024. Disponível em: [https://en.iiss.pku.edu.cn/\\_\\_local/7/92/4D/4877C15947EEE54FC626E7DAF0E\\_7FF7C004\\_9CFB0.pdf](https://en.iiss.pku.edu.cn/__local/7/92/4D/4877C15947EEE54FC626E7DAF0E_7FF7C004_9CFB0.pdf). Acesso em: 16 ago. 2024.